



## Congresso não aprova mínimo abaixo da inflação, diz Eunício

Jonas Pereira/Agência Senado



"Aqui no Congresso nós não vamos submeter redução do salário mínimo", afirma Eunício Oliveira em entrevista

Senador afirmou que Legislativo vai seguir a fórmula para correção do salário mínimo em 2018. Pela nova meta fiscal proposta pelo governo, valor deve cair R\$ 10

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou ontem que o Congresso não vai analisar nenhuma proposta para reajuste do salário mínimo para 2018 que seja abaixo da inflação.

Segundo o senador, o Legislativo vai aplicar a lei, que determina a correção do valor pela inflação dos últimos 12 meses.

— O que der a inflação vai ser a correção do salário mínimo. Não vai ser maior, mas menor do que o que está na lei, nós não aprovaremos no Congresso — disse Eunício.

Com a revisão da meta fiscal anunciada pelo governo na terça-feira, o salário mínimo para o ano que vem foi reduzido em R\$ 10, passou de R\$ 979 para R\$ 969. O valor em vigor hoje é de R\$ 937.

Eunício disse que o Congresso deve se esforçar para aprovar até o fim do mês a proposta enviada ontem pelo Executivo ao Congresso que amplia a meta fiscal.

O senador defendeu que, entre as opções dadas pelo governo, a revisão da meta fiscal é melhor do que o aumento da carga tributária. O déficit de 2017 deve passar de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões. **5**

**Estatuto do Trabalho: grupo define agenda **2****

**Plenário avalia indicado a delegado no Mercosul **7****

**Sindicalistas criticam mudanças na aposentadoria **8****

**Audiência discute privatizar satélite de comunicações **7****

**Colegiado deve votar incentivo contra corrupção **3****

### Contas previdenciárias são motivo de divergência em CPI do Senado

Em debate na CPI da Previdência, representantes do governo afirmaram que o sistema previdenciário enfrenta um déficit financeiro que tende a

se agravar. Sindicalistas, por sua vez, discordaram e disseram que a conta fecha no azul quando se consideram as verbas de toda a Seguridade Social. **8**



Paulo Paim (C) coordena debate, entre representantes de sindicatos e do governo



José Medeiros (2º à esq.) participa da audiência pública da CPI dos Maus-Tratos, ao lado de Magno Malta

### Ameaça a jovens na internet é investigada por CPI

A CPI dos Maus-Tratos ouviu especialistas a respeito das ameaças que crianças e adolescentes enfrentam na internet, como o bullying, o racismo, o incentivo à automutilação e ao suicídio e o acesso a conteúdos sexuais e ligados às drogas. No debate, foram citadas as investigações na *deep web* (a parte da internet

que não é encontrada pelos mecanismos de busca) e foi abordada a importância de os pais ensinarem os filhos a usar a internet de forma segura. Segundo o presidente da CPI, Magno Malta, o objetivo da comissão é criar novas leis de proteção de crianças e adolescentes e aperfeiçoar as leis atuais. **4**

### Debate: publicidade de alimentos no Chile é exemplo

A legislação chilena sobre etiquetagem da composição nutricional dos alimentos e controle da publicidade, que proíbe propaganda de alimentos ultraprocessados voltada a menores de 14 anos, foi considerada uma referência, em seminário na Comissão Senado do Futuro sobre fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis. **6**



Isabela Sattamini é ouvida pelo senador chileno Girardi e o brasileiro Cristovam

### PEC do Simples Municipal avança no Senado

O Senado concluiu ontem a primeira das três sessões de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição que cria o Simples Municipal. A PEC autoriza pequenos municípios a prestar contas de forma simplificada. **3**

### Projeto que eleva déficit chega ao Congresso

O Congresso Nacional recebeu ontem o projeto de lei que, em razão das dificuldades financeiras do governo, aumenta a previsão de déficit primário em 2017 e 2018. O texto será enviado para a Comissão Mista de Orçamento. **5**



# Subcomissão do Estatuto do Trabalho define agenda

Para elaborar o estatuto, a subcomissão vai realizar audiências públicas e diligências nos estados. Também foi criado um grupo de trabalho que vai analisar as sugestões e proposições legislativas

A SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA do Estatuto do Trabalho organizou ontem a agenda das atividades e distribuiu as tarefas entre os integrantes.

Instalada no dia 9, a subcomissão tem o objetivo de debater a reforma trabalhista, recentemente aprovada, e criar um Estatuto do Trabalho. É integrada por Paulo Paim (PT-RS), Telmário Mota (PTB-RR) e Valdir Raupp (PMDB-RO). A subcomissão funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

— Um verdadeiro estatuto do trabalho deve refletir a atual realidade do mercado, incluindo novas formas de trabalho e de relações trabalhistas, sem deixar de observar os fundamentos previstos na Constituição — disse Paim.

Para a elaboração do anteprojeto do Estatuto do Trabalho, serão promovidas

16 audiências públicas até 30 de abril de 2018. A subcomissão colherá sugestões de especialistas, autoridades, representantes de empregados, empregadores e entidades da sociedade civil com atuação na área trabalhista.

Também serão realizadas cinco diligências até março de 2018. A ideia é estender o debate a todas as regiões do país por meio de visitas e reuniões em diversos estados.

## Seminário

Um seminário em Brasília reunirá categorias e segmentos interessados em contribuir para a elaboração do Estatuto do Trabalho. Entre os temas que serão abordados nas audiências públicas e no seminário, estão experiências internacionais de codificação do trabalho, normas gerais de tutela do trabalho, organização sindical, negociações coletivas e auditoria fiscal do trabalho.

Até abril de 2018 estão previstas 15 reuniões do grupo de trabalho, composto por juristas, representantes de entidades ligadas ao direito do trabalho e outros especialistas.

O grupo analisará as sugestões recebidas, as proposições legislativas que tramitam no Congresso Nacional e a jurisprudência trabalhista, especialmente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

A apresentação do anteprojeto está prevista para 30 de abril de 2018. A discussão pela sociedade começa no dia 1º de maio. Entre os convidados para compor o grupo de trabalho, estão representantes da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) e da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat).



Reunião da subcomissão para organizar agenda de reuniões, audiências públicas, diligências e seminários

## Paulo Paim critica lentidão no registro de patentes no Brasil

Paulo Paim (PT-RS) protestou ontem contra a morosidade do registro de marcas e patentes, que prejudica os investimentos em ciência e tecnologia e colabora para o desemprego no país.

O senador leu artigo do jornal *O Estado de S. Paulo* que revela uma fila de mais de 230 mil pedidos de registro ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi). A demora para atender os pedidos chega a 11 anos, enquanto que nos Estados Unidos, por exemplo, o processo leva apenas três anos.

— Essa situação vem constituindo entrave aos investimentos não só nacionais como estrangeiros, uma vez que tal lentidão acaba prejudicando o retorno financeiro dos projetos.

## Eduardo Lopes apoia tipificação de furto de petróleo em dutos

Eduardo Lopes (PRB-RJ) comemorou a aprovação do projeto que tipifica os crimes de furto e receptação de derivados de petróleo em dutos de combustíveis. Hoje essa prática é considerada furto comum. O PLS 182/2017 foi aprovado de forma terminativa na Comissão de Constituição e Justiça na semana passada e já foi enviado à Câmara.

Lopes, que relatou o projeto, disse que o texto prevê pena para o infrator de 8 anos de prisão, chegando a 14 anos em alguns casos. Se o delito provocar morte, a pena pode chegar a 30 anos de cadeia.

— A repreensão penal se revela urgente, pois os casos vêm crescendo no país.

## Elmano lembra 165 anos de Teresina e diz que cidade enfrenta desafios

Elmano Férrer (PMDB-PI) destacou na quarta o 165º aniversário de Teresina. Prefeito da cidade entre 2010 e 2012, Elmano lembrou que capital do Piauí foi a primeira planejada do país. Teresina foi batizada em homenagem à imperatriz Teresa Cristina, mulher de Pedro II.

O senador lembrou que a cidade é uma referência no meio-norte brasileiro nas áreas de saúde e educação, mas ressaltou que há desafios.

— A dependência econômica em relação ao setor público, por exemplo, assim como os indicadores de investimento insatisfatórios em infraestrutura básica e a necessidade de intervenção em mobilidade urbana.

## Conselho de Ética sorteará na terça-feira relator de denúncia contra Lindbergh

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado reúne-se na terça-feira, às 15h, para sortear o relator da denúncia contra o senador Lindbergh Farias (PT-RJ).

O senador José Medeiros (PSD-MT) pediu a abertura de um processo por quebra de decoro parlamentar contra o petista.

Medeiros afirma que Lindbergh “impediu a continuidade regular” de uma reunião do Conselho de Ética no dia 8.

Na ocasião, os parlamentares analisavam representação contra as seis senadoras que, em julho, ocuparam a mesa do Plenário para tentar impedir a votação da reforma trabalhista.

### “Arroubo totalitário”

Segundo Medeiros, Lindbergh teria agredido o presidente do Conselho de Ética, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), e outros senadores presentes à reunião.

— O senador Lindbergh queria usar a força para im-

pedir a sessão. Está virando moda. Por isso, pedimos que a conduta do senador possa ser julgada pelo Conselho de Ética. As instituições não podem ficar à mercê de arroubos totalitários — afirmou Medeiros quando apresentou a denúncia.

### Outro lado

No mesmo dia, Lindbergh Farias divulgou nota em que criticou a atuação do Conselho de Ética.

O senador lembrou que em julho o colegiado arquivou um pedido de cassação do mandato do senador Aécio Neves (PSDB-MG), gravado em conversas com o dono da JBS, Joesley Batista.

— A denúncia contra mim é ridícula. Depois do arquivamento do caso do Aécio Neves, o Conselho de Ética do Senado Federal está desmoralizado. Eles precisam discutir o que é ética. No mais, o senador Medeiros é apenas um oportunista sem voto querendo aparecer — disse Lindbergh na ocasião.

## Cassol destaca arquivamento de inquérito contra ele

Na quarta-feira, Ivo Cassol (PP-RO) destacou o arquivamento pela Procuradoria-Geral da República de um inquérito que investigava delitos que teriam sido cometidos pelo senador quando governava Rondônia.

O inquérito apurava supostas vantagens que teriam sido oferecidas por Cassol a deputados estaduais. Gravações exibidas pela Rede Globo mostraram que os parlamentares pediram propina ao senador em troca de apoio político.

— O que fiz foi combater a corrupção. O presente que ganhei foi ter que andar com carro blindado e segurança porque exterminamos parte da corrupção em Rondônia.

## Maria do Carmo defende portadores de doenças raras

Maria do Carmo Alves (DEM-SE) alertou para a importância de assegurar o direito à saúde para portadores de doenças raras. Ela afirmou que faltam políticas públicas, medicamentos acessíveis, diagnóstico precoce e, principalmente, a sensibilidade das autoridades para o assunto.

A senadora ratificou iniciativa de Waldemir Moka (PMDB-MS), que propôs a criação de um grupo de trabalho no Senado para encaminhar as demandas das pessoas com doenças raras. Ela sugeriu que o Senado faça pleitos ao Ministério da Saúde ou a presidente da República, Michel Temer, para interceder em favor desses pacientes.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Sessão de discursos e avisos da Mesa.

### ESTATUTO DO TRABALHO Debate com sindicalistas

10h Audiência interativa com a participação de representantes sindicais e de associações de trabalhadores.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



# PEC do Simples Municipal passa pela 1ª sessão de discussão em 2º turno

Proposta que cria prestação de contas simplificada para pequenos municípios deve passar por outras 2 sessões antes da votação em Plenário

OS SENADORES CONCLUÍRAM ontem a primeira sessão de discussão em segundo turno da proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria o chamado Simples Municipal. De autoria do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), a proposta prevê a prestação de contas simplificada para os pequenos municípios (PEC 77/2015).

Também ontem avançou a tramitação da PEC que estabelece que os integrantes da Justiça Eleitoral não poderão ter tido filiação partidária nos dois anos anteriores à posse no cargo ou ao início do exercício da função. A proposição (PEC 4/2017), do senador Flexa



Plenário em sessão que discutiu PECs: texto sobre integrantes da Justiça Eleitoral também passou por debate

Ribeiro (PSDB-PA), vai para a quarta sessão de discussão em primeiro turno.

Para ser aprovada, uma PEC precisa passar por dois turnos

de votação no Senado, com cinco sessões de discussão no primeiro turno e outras três sessões no segundo turno. Para aprovação, são neces-

sários 49 votos em cada uma das duas votações. Caso seja aprovada nessas duas etapas, a PEC seguirá para a análise da Câmara dos Deputados.

## Decreto reconhece Instituto Pan-Americano de Geografia e História

O Plenário aprovou ontem o Projeto de Decreto Legislativo 99/2017, que confirma a criação do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH) para coordenar, distribuir e divulgar os estudos geográficos e históricos nos estados americanos e servir como órgão de cooperação entre os institutos nacionais.

O IPGH funciona há mais de oito décadas (desde 1928) na Cidade do México. Entretanto, seu ato de criação nunca havia

sido enviado ao Congresso, o que ocorreu em 2014. A aprovação do texto cumpre as formalidades exigidas para destinar recursos do orçamento federal ao organismo.

A matéria foi relatada na Comissão de Relações Exteriores por Cristovam Buarque (PPS-DF). Ele explicou que o Congresso tem aprovado o pagamento das contribuições brasileiras ao IPGH mediante previsão nas leis orçamentárias anuais ou por meio de cré-

ditos adicionais. O Ministério do Planejamento identificou, no entanto, a necessidade de adequar as contribuições às mais recentes normas legais brasileiras que regem a elaboração do orçamento público.

Cristovam destacou ainda que o IPGH vem prestando significativo apoio ao Brasil nas áreas de sua competência, particularmente por meio de cooperação com universidades e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), com a realização de cursos, painéis e seminários.

O instituto é formado por 21 países: Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. São países observadores França, Espanha, Jamaica e Israel. O Canadá não participa do IPGH.

## Vai a votação incentivo para as empresas combaterem a corrupção

Está pronto para votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em decisão final, texto que muda a Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013) para incentivar as pessoas jurídicas a implementarem um “sistema de integridade”.

O projeto foi apresentado por Antonio Anastasia (PSDB-MG) após os escândalos de corrupção envolvendo a iniciativa privada e o setor público, com o objetivo de exigir das empresas a estruturação de esquemas de controle interno que garantam a prevenção a ilícitos. O PLS 435/2016 recebeu voto favorável, com emenda da relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP).

Anastasia sugere, como estímulo a essa prática, a possibilidade de empresas enquadradas pela Lei Anticorrupção reduzirem eventual punição se já tiverem adotado mecanismos de *compliance* (submissão a um conjunto de valores e princípios) em seus negócios. Dessa forma, o compromisso da pessoa jurídica com o combate à corrupção seria um fator para minorar a pena,

conforme explica Marta em seu relatório.

### Gestor autônomo

Para Anastasia, a instalação de sistema de integridade pelas empresas privadas não é o bastante. Ele recomenda a indicação de um gestor com autonomia, responsável por procedimentos internos de auditoria e conduta ética, preparado especialmente para a atividade. O senador admite que esse gestor venha dos quadros da companhia, mas seja contratado para a finalidade, com atribuições mínimas definidas por lei.

As funções básicas do gestor de sistemas de integridade preveem ainda, de acordo com o projeto, atuação constante e engajada nas interações entre a pessoa jurídica e as autoridades públicas, além da atualização e oferta de documentação relevante ao cumprimento de medidas internas de prevenção e combate à corrupção.

Ao justificar o projeto, Anastasia citou estudo de 2015 da consultoria KPMG que reve-

la, entre outros dados, que 46% das empresas ouvidas classificaram a estrutura dos seus sistemas de integridade como “inexistentes” ou “mínimas”. Além disso, 47% delas admitiram não monitorar os orçamentos destinados à função de *compliance*, enquanto 40% disseram não ter política anticorrupção implementada.

### Lentidão

“Percebe-se que, em nível nacional, a implantação de sistemas de integridade nas empresas prossegue com certa lentidão. Apesar dos esforços da antiga Controladoria-Geral da União, hoje Ministério da Transparência, em editar orientações para o setor público e privado, provendo parâmetros e melhores práticas, a absorção de tais práticas pelos atores nacionais permanece subestimada”, lamenta Anastasia, que pretende com seu projeto transformar esse cenário.

A relatora na CCJ concorda com a necessidade de reforçar os incentivos para concretizar os procedimentos internos de

controle nas empresas.

“Com a aprovação do projeto, as pessoas jurídicas, caso pretendam se beneficiar de possíveis reduções de pena, terão que indicar alguém para gerenciar, de forma autônoma, o seu sistema de integridade. Ao fixar as funções básicas, a norma aponta que o gestor de integridade terá a missão de conduzir a pessoa jurídica a níveis adequados de efetividade dos mecanismos internos de controle e prevenção de irregularidades”, pondera Marta.

### Emenda

Sobre a Lei Anticorrupção, Marta destaca que a norma regulamenta a responsabilidade administrativa e civil de pessoas jurídicas por atos lesivos à administração pública. Além disso, estabelece sanções às empresas privadas por infrações contratuais ou extracontratuais e por ilícitos cometidos na fase de licitação.

A emenda da relatora dá prazo para as empresas se adequarem às novas exigências legais. Elas entram em vigor 90 dias após a publicação da lei.

## Para Viana, fundo de R\$ 3,6 bi para eleições é afronta

A reforma política que a Câmara está prestes a votar e enviar para o Senado foi criticada por Jorge Viana (PT-AC). Na opinião do senador, é “uma afronta” propor um fundo partidário de R\$ 3,6 bilhões em meio à crise que o país atravessa.

— Tenho receio de que uma votação mal feita possa ser o estopim para o povo, que não acredita em mais nada, está decepcionado, ir para as ruas. E para onde vai essa indignação? Pode ir para coisas piores do que estamos vivendo. Não dá para fazer reforma política para piorar o que já está ruim. A reforma política precisa resgatar o respeito da sociedade com a democracia representativa.

## Randolfe vê falhas em projeto de reforma política

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) criticou pontos da reforma política que está sendo discutida pela Câmara. Segundo o senador, o distrito, que elege deputados pelo número de votos, e não pelo coeficiente eleitoral, pode ajudar a manter o sistema exatamente como está, sem a eleição de novas forças políticas.



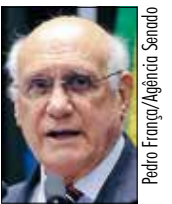
Jefferson Rudy/Agência Senado

Outro ponto criticado foi a criação de um superfundo público para financiar as eleições.

— É um escárnio completo ao povo num momento da história em que passamos por uma gravíssima crise.

## Lasier defende urgência para fim do sigilo do BNDES

Lasier Martins (PSD-RS) propôs urgência para a votação do projeto que prevê o fim do sigilo nas operações do BNDES.



Pedro Franco/Agência Senado

De autoria do senador, o PLS 7/2016 — Complementar aguarda análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Para Lasier, é preciso colocar luz sobre financiamentos para empresas como OAS, Odebrecht e Andrade Gutierrez,

— É importante o fim desse sigilo nas operações do BNDES, porque o banco é financiado em parte pelos salários dos trabalhadores — disse Lasier.



# CPI quer lei contra abuso on-line de menores

Comissão Parlamentar de Inquérito dos Maus-Tratos fez primeira audiência pública ontem. Especialistas advertiram que internet oferece grandes riscos a crianças e adolescentes

O ABUSO CONTRA crianças e adolescentes por meio da internet foi o tema dominante da primeira audiência pública da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Maus-Tratos, ontem. Especialistas apresentaram números que indicam o aumento dos riscos para os jovens com acesso a redes sociais, como o racismo, o bullying e a exposição a conteúdos relativos a sexo e drogas ou que estimulam automutilação e suicídio.

O presidente da CPI, senador Magno Malta (PR-ES), ressaltou que o objetivo da comissão não é apenas fazer propostas, e sim obter alterações na legislação que ajudem a coibir todo tipo de maus-tratos contra crianças e jovens.

— Precisamos encerrar a CPI com legislação aprovada, decisões concretas. Em 2008, na CPI da Pedofilia, demos ao Brasil uma nova lei com 90 dias de comissão — disse Malta, referindo-se à Lei 11.829, que coíbe a disseminação de pornografia infantil.

O presidente da SaferNet (associação privada sem fins lucrativos que colabora com órgãos públicos para tornar a internet mais segura), Thiago Tavares, sugeriu que uma das vertentes de investigação da CPI seja as quadrilhas que



O relator da CPI dos Maus-Tratos, José Medeiros, o presidente, Magno Malta, e a vice, Simone Tebet: objetivo é criar e aperfeiçoar leis de proteção

atuam na *deep web*, os sites invisíveis para os buscadores:

— Levantamos 1.433 URLs [endereços de internet] de uma rede chamada Onion que mereciam ser investigadas. Foram denunciadas por suspeita de abrigar fóruns onde criminosos trocam informações — denunciou.

## Atuação dos pais

O coordenador de Projetos de Pesquisas do Cetic.br (centro de estudos ligado ao Comitê Gestor da Internet

e à Organização das Nações Unidas para Educação e Ciência), Fábio Senne, apresentou os dados da pesquisa Kids Online, feita no Brasil usando uma metodologia internacional. Foram 3 mil entrevistas com crianças de 9 a 17 anos e seus pais sobre o tipo de conteúdo que os menores acessam. Entre outros números, a pesquisa de 2015 mostra que 34% dos adolescentes entre 15 e 17 anos com acesso à internet já viram conteúdo sexual na rede. Para ele, a mediação dos pais é fundamental.

— O que mais apareceu, do ponto de vista de risco ligado a conteúdo, foi a discriminação: racial, de gênero, de aparência física. Mas, quanto mais se usa a internet, mais habilidades se criam. Há ao mesmo tempo mais oportunidades e mais riscos. Aprender a lidar com a informação on-line é fundamental — afirmou Senne.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) disse recear que os dados da pesquisa, no que diz respeito ao acesso a conteúdos sobre drogas e suicídio, estejam aquém da realidade, pelo medo das crianças de dar respostas fidedignas ao questionário.

A representante do Ministério da Saúde na audiência, Gracielly Alves Delgado, citou uma novidade normativa: uma nota técnica do ministério, de 3 de abril, permitindo que adolescentes sejam atendidos nas unidades de saúde desacompanhados dos pais.

— É uma tentativa, porque muitas vezes os que sofrem violência vão aos serviços de saúde acompanhados pe-

los agressores. E isso às vezes impede a detecção de um abuso — explicou Gracielly, assessora técnica da Coordenação-Geral de Saúde do Adolescente e Jovem do ministério.

## Depoimento especial

Gracielly também elogiou a Lei 13.431, aprovada em março pelo Senado, que criou o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Foi um “grande avanço”, segundo ela, por criar mecanismos como o depoimento especial e a escuta diferenciada para crianças e adolescentes que sofrem abuso.

A senadora Simone Tebet (PMDB-MS), vice-presidente da comissão, qualificou a CPI como “uma das mais importantes da história do Senado”:

— Temos uma grande missão: garantir a proteção física e mental da futura geração, que, se Deus quiser, vai governar este país melhor que nós.

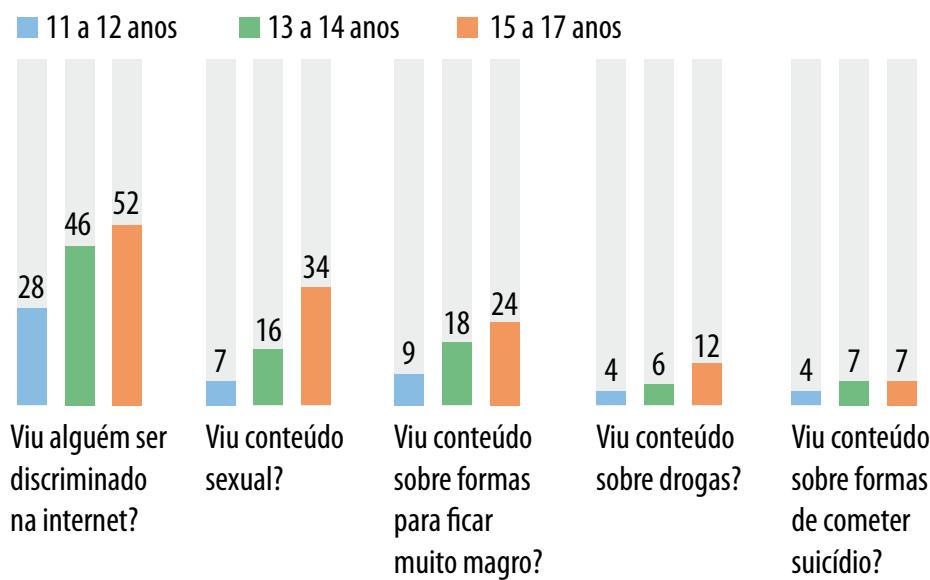
A CPI criou um e-mail para denúncias (cpimt@senado.leg.br). Magno advertiu que será punido o uso do e-mail para denúncias falsas.

— Não estamos à disposição de quem está de plantão para atacar a honra alheia. Detectado isso, denunciaremos à polícia a falsa comunicação de crime.

Foram aprovados requerimentos convidando ou convocando especialistas, entre eles representantes de sites e redes sociais de grande número de usuários, como Facebook, Instagram e Twitter.

## O risco para as crianças

% de acesso a conteúdos impróprios (usuários de internet de 11 a 17 anos)



Fonte: pesquisa TIC Kids Online, Brasil (2015)

## Economia nacional já dá sinais de recuperação, aponta Paulo Bauer

Paulo Bauer (PSDB-SC) afirmou que a economia brasileira dá sinais claros de que está recuperando seu vigor. Ele citou ontem em Plenário resultados sobre a inflação e a diminuição gradativa dos juros básicos.

O desemprego ainda é grave, mas mostra tendência à diminuição, segundo ele. Dados oficiais indicam crescimento do número de empregos formais pelo quarto mês consecutivo. Até metade de 2017, foram criadas 103 mil vagas. Ele comparou com 2016, em que no mesmo período foram perdidos mais de 600 mil postos de trabalho.



Pedro Franco/Agência Senado

## Telmário critica falta de apoio do governo federal a Roraima

Telmário Mota (PTB-RR) voltou ontem a fazer críticas sobre a condução da crise dos refugiados venezuelanos. Na reunião marcada entre ministros e a prefeita de Boa Vista, Teresa Surita (PMDB), por questões políticas, segundo ele, a governadora do estado e o prefeito da cidade fronteira de Pacaraima não foram chamados.

Telmário acusou estar havendo politicagem num momento de dor e abandono da população para agradar Romero Jucá (PMDB-RR), que defende o fechamento da fronteira e a exclusão da Venezuela do Mercosul.



Pedro Franco/Agência Senado

## Fátima pede mais recursos para segurança no Rio Grande do Norte

Fátima Bezerra (PT-RN) fez um apelo à bancada do Rio Grande do Norte, que ontem à tarde se encontrou com o presidente Michel Temer. Antes da reunião, ela pediu que os parlamentares reforçassem a continuidade da presença da Força Nacional de Segurança no estado e cobrassem a liberação de duas emendas que garantem R\$ 18 milhões para a área de segurança.

— Os recursos poderiam ser utilizados na estruturação e na modernização das polícias civil, militar e técnico-científica, do corpo de bombeiros militar e das guardas municipais.



Jane de Araújo/Agência Senado

## Elmano apoia decisão do Planalto de recuperar rodovia federal no Piauí

Elmano Férrer (PMDB-PI) anunciou ontem que o governo federal vai investir R\$ 30 milhões na recuperação de trechos da rodovia BR-135 no Piauí. A rodovia liga o Maranhão a Minas Gerais.

Segundo Elmano, a Polícia Rodoviária Federal registrou 41 mortes por acidentes na BR-135 nos seis primeiros meses deste ano. O senador disse que a rodovia, que deveria ter 12 metros de largura, tem apenas 6 metros e não conta com acostamento.

— É uma espinha dorsal por onde se escoam a produção dos nossos cerrados. Mas tem apenas 6 metros de faixa de rolamento. E os 50 centímetros que havia de acostamento desapareceram. O que ocorre? Desastre toda semana.



# Eunício: Senado não votará redução do mínimo

Senador disse que cálculo do salário mínimo para 2018 vai seguir a lei, que prevê correção pela inflação. Com proposta de nova meta fiscal, previsão é que valor seja R\$ 969

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, afirmou ontem que o Congresso não analisará redução do salário mínimo.

— Vamos aplicar a lei. O salário mínimo é corrigido pela inflação dos últimos 12 meses. O que der a inflação vai ser a correção do salário mínimo. Não vai ser maior, a menos que o presidente determine que seja maior, mas menor do que o que está na lei, nós não aprovaremos aqui no Congresso, ninguém tenha dúvida disso. Aqui no Congresso nós não vamos submeter redução do salário mínimo — afirmou Eunício.

Com a revisão das projeções orçamentárias na terça-feira, o valor de salário mínimo previsto para o próximo ano foi reduzido em R\$ 10 e ficou em R\$ 969. O salário mínimo em vigor em 2017 é de R\$ 937.

## Meta fiscal

O Senado recebeu ontem e encaminhará à Comissão Mista de Orçamento (CMO) a mensagem do governo com o pedido de autorização ao Congresso



Eunício diz que mínimo será corrigido pela inflação do último ano, "nem maior, nem menor"

Nacional para ampliar a meta fiscal de 2017 (leia abaixo).

A proposta aumenta o deficit de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões.

— Nós tínhamos duas opções que nos foram oferecidas: aumento de carga tributária para os trabalhadores brasileiros e revisão da meta fiscal.

Em nome do Parlamento, eu falei das dificuldades que nós teríamos de fazer uma modificação de aumento de carga tributária, que já é pesada no Brasil, tanto do ponto de vista empresarial, como do ponto de vista individual. Felizmente, o Congresso foi ouvido nessa questão — explicou Eunício.

O presidente do Senado disse também que conversou ontem com o presidente da República, Michel Temer, com a equipe econômica e com o presidente da CMO, senador Dário Berger (PMDB-SC), e que o esforço é para que a proposta seja aprovada até o fim deste mês.

— O Congresso tem responsabilidade com isso. Nós sabemos das dificuldades. Não podemos contribuir com a irresponsabilidade de o Brasil não ter como pagar seus funcionários, de o Brasil não ter como pagar os aposentados, aqueles que não têm alternativa, como os que recebem um salário mínimo de aposentadoria — afirmou Eunício.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

## Chega ao Congresso o projeto do governo que aumenta o deficit primário

O Congresso recebeu ontem o projeto de lei de autoria do Poder Executivo que aumenta a previsão de deficit para a meta de resultado primário da União neste ano (PLN 17/2017), que passa de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões. A meta de 2018 também ficou em R\$ 159 bilhões, contra R\$ 129 bilhões da previsão atual. O texto será enviado para a Comissão Mista de Orçamento (CMO), que se reuniu ontem para ouvir o ministro da Saúde, Ricardo Barros (leia ao lado).

Na justificativa da proposta, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, defende o aumento do deficit das contas públicas afirmando que "o cenário econômico nacional continuou a se deteriorar no segundo trimestre de 2017 em decorrência da retração da atividade econômica, o que provocou elevado grau de frustração de receitas públicas e a necessidade de constantes revisões em suas projeções".

O ministro acrescenta que o Orçamento de 2017 foi aprovado com receitas estimadas "cuja arrecadação efetiva não se tem realizado". Ele adianta que a projeção de receitas

também ficará abaixo do esperado em 2018.

O projeto, que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017 e a de 2018, muda a previsão de crescimento real do PIB em 2017, que passa para 0,5%, contra 1% da LDO em vigor. A previsão para o PIB em 2018 e 2019 é de 2% e 2,5%, ante 2,9% e 3,2% da legislação atual. A previsão da inflação passa de 3,7% em 2017 e 4,2% em 2018 e 2019. A Selic está prevista em 8,3% para o final de 2017 e 8% para o final de 2018.



Senador Dário Berger (C) coordena audiência na CMO com o ministro da Saúde, Ricardo Barros (2º à esq.)

## Parlamentares defendem reajuste para agentes comunitários de saúde

O ministro Ricardo Barros participou de audiência pública na CMO para prestar contas da gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme determina a Lei Complementar 141/2012.

Durante a audiência, parlamentares defenderam que o governo negocie o aumento do salário dos agentes comunitários de saúde. Não há reajuste desde que o atual salário foi implantado, em 2014, pela Lei 12.994. O piso nacional da categoria é de R\$ 1.014.

O deputado Mandetta

(DEM-MS) afirmou que o projeto que deu origem à Lei 12.994/2014 previa reajustes anuais, por decreto presidencial, mas a então presidente Dilma Rousseff vetou essa parte da norma. Com isso, os agentes receberam o piso, mas ficaram sem critérios de aumento.

— O que era uma conquista passou a ser um problema, porque eles ficaram imobilizados — disse o deputado.

O presidente da CMO, senador Dário Berger (PMDB-SC), também pediu o apoio do

ministro para a negociação com os agentes. Para Berger, os agentes de saúde desempenham um papel estratégico, fundamental na atenção básica à saúde dos municípios.

A audiência foi acompanhada por representantes de sindicatos de todo o país ligados à categoria.

Na quarta-feira, uma comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou proposta que eleva o piso dos agentes de saúde para R\$ 1,6 mil e fixa regras para a remuneração.

Barros disse que está aberto

à negociação da categoria, mas é preciso encontrar espaço orçamentário para o reajuste.

— Vai ser na faixa de R\$ 2 bilhões a R\$ 3 bilhões. O assunto deve ser discutido com as prefeituras que hoje pagam aos agentes um valor superior ao piso — disse o ministro.

Após a audiência, ele discutiu o assunto com a presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias, Hilda Angélica.

Da Agência Câmara

## Comissão analisa terça MP que transfere verba do Funpen a estados e municípios

A comissão mista da Medida Provisória (MP) 781/2017 reúne-se na terça-feira para votar o relatório do deputado Victor Mendes (PSD-MA) sobre a medida, que disciplina a transferência de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) aos estados, municípios.

O projeto de lei de conversão da MP,

que teve o prazo de vigência prorrogado até 3 de outubro, estabelece que 60% dos recursos serão destinados aos fundos penitenciários dos estados, de forma proporcional à respectiva população carcerária. Os 40% restantes serão destinados aos fundos municipais, seguindo o mesmo critério.

A MP reforça a atuação da Força

Nacional de Segurança Pública, ao permitir a incorporação de reservistas, peritos e policiais civis ao seu quadro efetivo, amplia a possibilidade de registro e investigação de ocorrências policiais pela corporação e acrescenta uma série de novas despesas que poderão ser custeadas com o Funpen, entre elas manutenção de serviços

penitenciários, reinserção social de presos e políticas de redução da criminalidade.

A medida provisória veda o contingenciamento de recursos do Funpen e estabelece que 30% desses recursos serão aplicados em construção, reforma, ampliação e aprimoramento dos estabelecimentos penais.



# Publicidade chilena é modelo, aponta audiência

Com restrição de propaganda de alimentos ultraprocessados para menores de 14 anos, país reduziu fatores de risco para doenças cardíacas, obesidade, diabetes e câncer

O CHILE É reconhecido por possuir uma das mais rígidas legislações sobre etiquetagem da composição nutricional dos alimentos e controle da publicidade, que inclui a proibição de propaganda de alimentos ultraprocessados dirigida a menores de 14 anos. O processo de elaboração dessa lei, em meio a fortes reações da indústria de alimentos e de setores do próprio governo daquele país, foi um dos destaques da audiência pública realizada ontem pela Comissão Senado do Futuro (CSF).

A audiência foi proposta por Cristovam Buarque (PPS-DF), para tratar dos fatores de risco para as doenças crônicas não transmissíveis. Obesidade, distúrbios circulatórios, problemas cardíacos e respiratórios, diabetes e câncer estão entre essas doenças. Os principais fatores de riscos seriam atividade física insuficiente, uso nocivo de álcool e alimentação

inadequada.

Entre os fatores, os participantes da audiência centraram atenção nos hábitos alimentares inadequados, cada vez mais baseado no consumo de alimentos ultraprocessados, chamados de *junk food* (“comida lixo”): aqueles que passam por diversas etapas e técnicas de elaboração industrial e contêm substâncias para conservar e realçar a cor e o sabor.

Convidado especial, o senador chileno Guido Girardi, autor da lei criada em seu país, apontou ainda a publicidade de alimentos como uma questão das mais prejudiciais, por estimular o consumo massivo desses produtos.

— Publicidade mata até mais que bactérias — afirmou.

## Direito de saber

Construída com o apoio de entidades sociais, a lei chilena incorpora o princípio do



Na Comissão Senado do Futuro, Cristovam (2º à dir.) preside seminário sobre risco de doenças crônicas não transmissíveis

“direito de saber”, de acordo com o autor. Isso significa que o cidadão tem o direito de conhecer o exato conteúdo dos produtos que leva à sua mesa, explicou Girardi. Em vigor a partir de junho de 2016, a norma foi criada em reação a quadro crescente de doenças

crônicas não transmissíveis no país, como a obesidade.

Para atender o público em geral, todos os produtos alimentícios que estão além dos limites estabelecidos de gordura, sal e açúcar devem conter informações claras na embalagem. A informação

nutricional é inscrita em selos, em fundo preto, acompanhada da frase “rico em”, antes da menção ao nome da substância com alto teor.

## Escolas

Além de proibir qualquer publicidade que induza crianças a consumir *junk food*, a lei impede a distribuição gratuita deste tipo de alimento a pessoas com menos de 14 anos.

O texto também restringe a venda de alimentos como biscoito, batatas fritas, bolos, salgadinhos, salsichas, doces e refrigerantes nas cantinas das escolas, e a publicidade desses produtos em canais dirigidos ao público com menos de 14 anos. Nos demais canais, as mensagens publicitárias só podem ser exibidas entre 22h e 6h.

Os produtos com a nova rotulagem também não poderão utilizar em sua publicidade, no rótulo e na embalagem elementos do universo infantil, o que se aplica a fotos e desenhos (de animais a super heróis) ou brindes.

Outra restrição se refere ao uso da violência ou agressividade e a associação de crianças com o consumo de bebidas alcoólicas e tabaco.

— A lei teve imenso impacto sobre as crianças. Hoje, elas já sabem que têm de comer alimentos com menor quantidade de selos — afirma o senador chileno.

## Especialistas cobram regulação mais firme e taxaço maior para ultraprocessados

A audiência fez também parte da programação do 10º Seminário Alianças Estratégicas para a Promoção da Saúde, realizado anualmente em Brasília. O evento é organizado pela ACT Promoção da Saúde, que se dedica à capacitação de agentes públicos e sociais em ações de controle do tabagismo e pela alimentação saudável.

Paula Jones, diretora da entidade, destacou que a legislação do Chile serve de referência para o Brasil e outros países. Disse que há obstáculos nesse caminho, mas que podem ser superados, assim aconteceu com o tabagismo, hoje em queda.

— Houve tempo em que fumar era tão natural que não se compreendia como um direito exigir um ambiente livre de cigarro — comparou.

Isabela Fleury Sattamini, nutricionista e pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP), explicou que os alimentos recebem classifica-

ção com base no tratamento aplicado antes de ser consumido: não processados ou minimamente processados (como frutas, hortaliças, leite in natura, grãos e carnes); ingredientes culinários processados (óleos, manteiga, sal e açúcar); processados (pães, queijos e conservas).

Os ultraprocessados, que estão cada vez mais presentes nas prateleiras dos mercados, incluem biscoitos, margarinas, refrigerantes, cereais matinais, embutidos, entre outros. Segundo a nutricionista, eles se distinguem por apresentarem lista ampla de ingredientes, conservantes, açúcares e aromatizantes. Ela lamentou que, por força da publicidade, esses produtos sejam erroneamente apresentados como substitutos dos demais grupos de alimentos.

Isabela destacou a influência desses produtos para o aumento da curva da obesidade. Observou que 56% da população tem sobrepeso, com 20%

já enquadrados na faixa da obesidade. O Instituto Nacional do Câncer (Inca) aponta o excesso de peso como fator de predisposição de 13 diferentes tipos de câncer.

## Patamar

A representante do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), Ana Paula Bortoletto, salientou que, por ano, são registrados cerca de 200 mil novos casos de obesidade somente nas capitais brasileiras. Disse que, mantida a tendência, o Brasil chegará até 2020 a patamar idêntico ao dos Estados Unidos. Disse ainda que, por ano, são registrados 60 mil novos casos de diabetes nas capitais. Ela cobrou mudanças na legislação, inclusive taxaço maior para os produtos ultraprocessados.

— Não adianta focar esforços apenas em campanhas dirigidas aos indivíduos.

Marta Coelho, que representou o Ministério da Saúde, confirmou que as doenças

crônicas não transmissíveis são hoje a principal causa de morte no Brasil e no mundo. De 1990 a 2013, o número de óbitos por essas doenças no mundo aumentou em 42% (de 27 milhões para 38,3 milhões) enquanto houve diminuição das doenças transmissíveis. No Brasil, elas responderam por 74% dos óbitos em 2012, predominando as mortes prematuras. Há um Plano Global de Ação da Organização Mundial de Saúde, no qual o Brasil está engajado.

— A meta principal é reduzir a mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis em 2% ao ano.

Solange Castro, que atua no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), esclareceu que, na compra de enlatados, embutidos, doces, preparações semiprontas ou concentradas só podem ser utilizados até 30% dos recursos repassados para a merenda. É vedada a aquisição de refrigerantes e refrescos artificiais.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:**  
 Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,  
 Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burl  
**Coordenador de Edição:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana  
**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil  
**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves  
**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



# Indicação de delegado do Brasil junto ao Mercosul vai ao Plenário

Aprovado pela Comissão de Relações Exteriores após sabatina, diplomata frisou importância do mercado latino-americano para exportações brasileiras e alertou para concorrência com a China

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem a indicação do diplomata Bruno de Risios Bath para exercer o cargo de delegado permanente do Brasil junto ao Mercosul e à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), cujas sedes administrativas ficam em Montevideu. A indicação segue para a decisão do Plenário.

Durante a sabatina, Bath ressaltou a importância do mercado latino-americano para o setor exportador brasileiro. Em relação aos países que fazem parte da Aladi, o Brasil tem superavit comercial, com um índice de 85% de produtos manufaturados ou semimanufaturados na pauta exportadora, informou.

O Brasil é signatário de 49 acordos regulados no âmbito jurídico da Aladi, entre eles o de fornecimento de gás natural com a Bolívia, de controle integrado de fronteiras, de complementação energética regional, de transporte internacional rodoviário e de modernização de procedimentos aduaneiros, segundo Bath.

— A Aladi é o foro central das negociações econômico-comerciais do Brasil na América Latina. Esses acordos estão sob uma modelação que estabelece regras estáveis, com baixa ou nenhuma incidência de tarifas de importação — disse.

Além do Brasil e da Bolívia, fazem parte da Aladi Argentina, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e



Diplomata Bruno de Risios Bath passa por sabatina na comissão presidida pelo senador Fernando Collor

Venezuela, somando mais de 500 milhões de consumidores.

Bath apresentou uma tabela demonstrando que todos os estados brasileiros exportam para o mercado da Aladi, algo que não se dá, por exemplo, nas exportações para a China ou os EUA, que é bem mais concentrada em algumas unidades da Federação.

## China

O diplomata observa que hoje o grande desafio do Brasil nesse mercado é a concorrência com a China, que disparou sua inserção econômica nessas

nações. Segundo dados de 2005 a 2015, a participação do país asiático na pauta importadora dos integrantes da Aladi passou de 7,5% para 19%. No mesmo período, a participação de produtos brasileiros encolheu de 7,5% para 5%.

Por isso o Itamaraty tem, entre outras estratégias, procurado aprofundar os acordos com os países que fazem parte da Aliança do Pacífico (México, Chile, Colômbia e Peru), afirmou Bath.

O diplomata disse que, caso tenha sua indicação confirmada, terá também como foco de

atuação reforçar, no âmbito da Aladi, mecanismos de compras governamentais por parte dos países do bloco, relacionadas a produtos brasileiros.

Na avaliação do diplomata, outro desafio que o Brasil tem é estabelecer incentivos para que as empresas brasileiras possam formar cadeias regionais de valor, facilitando a obtenção de insumos em outras nações.

Quanto ao Mercosul, Bath reforçou que a Aladi é depositária também de todos os acordos econômico-comerciais firmados no âmbito do bloco.

## Privatização de satélite será tema de audiência

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem a realização de uma audiência pública para debater a possível privatização do satélite geoestacionário brasileiro. O satélite é destinado a garantir comunicações militares e a estender por todo o país serviços de internet em banda larga.

Foram convidados para o debate o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Nivaldo Rossato, o ministro de Ciência, Tecnologia e Comunicações, Gilberto Kassab, e o diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Juarez Quadros.

O presidente da CRE, senador Fernando Collor (PTC-AL), chamou de “surpreendentes

para todos nós” as informações divulgadas pelo vice-presidente do colegiado, senador Jorge Viana (PT-AC), relativas ao processo de privatização do satélite geoestacionário.

— É algo preocupante, um satélite recém-lançado que nem entrou em funcionamento e de repente já estão tratando da privatização dele? — questionou Collor, que solicitou ainda ao governo que não tome nenhum encaminhamento relacionado a esse processo enquanto a CRE não debater a proposta.

## Leilão

Segundo Viana, a Telebras marcou o leilão para o dia 27 de setembro, quando deverão ser entregues os envelopes das empresas interessadas no

negócio.

O senador também conseguiu aprovar um pedido de informações aos ministros Raul Jungmann (Defesa) e Kassab.

Viana questiona o Ministério da Defesa sobre a existência de estudos para a privatização do satélite, principalmente em relação às comunicações sensíveis da área militar.

O senador também quer saber se o processo já não seria “intrinsecamente lesivo” ao setor de defesa, “já gravemente lesado por cortes orçamentários”. Viana indaga, ainda, se é conveniente para o país abrir mão de um ativo estratégico como o satélite geoestacionário.

Já para o Ministério da Ciência e Tecnologia, Viana questiona as justificativas para a privatização, se ela afetará os programas de defesa nacional ou políticas públicas, como a expansão da banda larga, e se o processo também não seria lesivo ao setor, “também gravemente lesado pelos cortes de orçamento”.

— Não temos nenhuma informação sobre o porquê desse processo, se vai comprometer o país. Nem a assessoria militar que atua no Congresso tem as informações que estou solicitando — disse Viana, para quem um processo como esse precisa necessariamente ser “transparente”.

## Adiada votação sobre instância para julgamento de militares

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) concedeu ontem vista coletiva do projeto que atribui à Justiça Militar a competência para julgar crimes dolosos contra a vida cometidos por militares contra civis, em atividades de garantia da lei e da ordem (PLC 44/2016). Com a decisão, a proposta poderá retornar à pauta a partir da reunião da próxima semana.

Pelo texto, caberá à Justiça Militar julgar militares por delitos contra civis em algumas situações específicas: no cumprimento de atribuições definidas pelo presidente da República ou pelo ministro da Defesa; em ações que envolvam a segurança de instituição militar ou de missão militar, mesmo que não beligerantes; ou em atividades de natureza militar, de operação de paz, de garantia da lei e da ordem ou de atribuição subsidiária, realizadas em conformidade com a Constituição, o Código Brasileiro de Aeronáutica ou o Código Eleitoral.

## Polêmica

Durante a discussão, Roberto Requião (PMDB-PR) solicitou ao presidente da CRE, Fernando Collor (PTC-AL), que suspendesse a tramitação da proposta porque o projeto

estaria vinculado à participação das Forças Armadas no aparato de segurança dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, no ano passado. Para ele, normas como essa não podem se tornar perenes.

— Se for aprovado como está, o Exército estará transformado de vez em polícia.

Collor esclareceu que o Regimento Interno não lhe concede prerrogativas para suspender a tramitação da proposta.

## Vigência

O relatório de Pedro Chaves (PSC-MS) sobre a proposta retira a cláusula de vigência tornando perene a nova norma.

Chaves informou que é entendimento do Superior Tribunal Militar que o julgamento deve se dar no âmbito da Justiça Militar, “haja vista a necessidade de se garantir aos militares uma justiça especializada e com conhecimento específico”.

Chaves argumentou que as missões de garantia da lei e da ordem sempre serão “uma excepcionalidade”.

— O Exército não tem o interesse de desviar as suas funções. Agora no Rio, por exemplo, as Forças Armadas não têm interesse em ir além do final do ano que vem.



Vice-presidente da comissão, Jorge Viana teme prejuízos ao setor militar



# Debatedores divergem sobre contas da Previdência

Secretário do Ministério da Fazenda afirmou que há déficit e que a tendência é piorar. Para sindicalista, cálculo deveria considerar toda a Seguridade Social, o que leva a superavit

O SECRETÁRIO DE Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, afirmou ontem no Senado que o saldo da Previdência Social em 2016 foi negativo (R\$ 151,9 bilhões) e que a tendência é piorar, já que a população vive cada vez mais e tem menos filhos.

Caetano, que participou de uma audiência na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência, disse que, se não houver mudanças, não haverá número suficiente de trabalhadores na ativa para custear os benefícios dos aposentados.

— Com o passar do tempo, teremos cada vez menos contribuintes para o recolhimento das contribuições previdenciárias, que são aqueles que sustentam o regime de Previdência Social. Isso impõe um grande desafio para o futuro — afirmou.

O secretário do Ministério da Fazenda defendeu a idade mínima de 65 anos prevista no projeto de reforma da Previdência em análise na Câmara dos Deputados e disse concordar com as regras de transição.

— O maior objetivo da reforma é a manutenção da Previdência Social — ressaltou.

Marcelo Borsio, da Federação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, disse não acreditar que a Previdência esteja no vermelho. Para ele, na hora de fazer as contas, é preciso considerar o orçamento da Seguridade Social como um todo, sistema que engloba os recursos da área da saúde e de assistência social, além das aposentadorias e pensões. Nesse caso, afirmou, o saldo seria positivo.

Segundo Borsio, antes de propor



Paim, ao lado de Hélio José (3º à esq.), conduz audiência da CPI da Previdência: debate com sindicalistas e governo abordou situação financeira do sistema

uma reforma, o governo deveria centrar seus esforços em combater a sonegação e as fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

— A força-tarefa previdenciária que une MPF [Ministério Público Federal], PF e a Procuradoria da República estima que mais de um terço do que é pago pelo INSS é fraude. São cerca de R\$ 11 bilhões por mês. Mais de R\$ 143 bilhões por ano, incluído o 13%, são jogados no lixo dos fraudadores da Previdência — disse.

## Desonerações

Para assegurar o equilíbrio da Previdência, ele defendeu também o fim das desonerações das contribuições previdenciárias das empresas. Hoje, vários setores podem calcular as contribuições devidas sobre a receita bruta da companhia, e não pela folha de pagamento, o que reduz o dinheiro que entra no caixa da Previdência.

Quem compartilha dessa avaliação é o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid. Segundo ele, as desonerações somaram R\$ 78 bilhões em cinco anos,

— No contexto geral, há desequilíbrio entre custeio e benefícios. A reoneração não vai resolver o problema da Previdência, mas ajuda a resolver o problema do custeio — apontou.

Rachid também defendeu a revisão da renúncia fiscal para o setor do agronegócio, para as empresas que têm regime tributário diferenciado, como o Simples Nacional, para os microempreendedores individuais e para as entidades filantrópicas.

O relator, senador Hélio José (PMDB-DF), afirmou que o papel da CPI é dar transparência às contas da Previdência e apontar soluções. O presidente do comissão parlamentar de inquérito, senador Paulo Paim (PT-RS), disse estar convencido de que a Previdência não é deficitária.

## Fiscais e auditores serão ouvidos na segunda-feira

Na segunda-feira, às 15h, a CPI da Previdência vai ouvir profissionais das áreas de fiscalização e auditoria.

O objetivo é reunir informações sobre atividades insalubres, riscos à saúde ocupacional, aposentadoria especial e por invalidez. Foram convidados representantes da Associação Nacional dos Técnicos de Fiscalização Federal Agropecuária e da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, além de especialistas em direito previdenciário.

Após a audiência, os senadores devem votar requerimento do relator, Hélio José (PMDB-DF). Ele quer ouvir na CPI representantes dos municípios de São Paulo (SP) e Barcarena (PA) e do estado do Rio de Janeiro, que estão entre os entes da Federação que mais devem à Previdência Social.

## Sindicalistas contestam déficit e apontam equívocos nos cálculos do governo



Luiz Legnani



Edison Haubert



Diego Cherulli



Leandro Madureira Silva



Sirliane de Souza

Sindicalistas presentes em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH) ontem criticaram a reforma da Previdência. Para eles, a proposta não é de ajuste fiscal, mas sim de uma mudança no modelo de sociedade que deixará sem proteção os mais vulneráveis.

Os participantes questionaram as contas da Previdência apresentadas pelo governo, contestaram o déficit do setor e foram unânimes em afirmar que os servidores públicos não são os responsáveis pelo “suposto rombo da Previdência”. Segundo eles, o grande problema do atual governo é focar somente no sistema financeiro.

— O sindicato entende que o governo tem outra prioridade que não é a política pública. A prioridade do governo é pagar outros, por exemplo, a dívida. Só em 2017, 52% do Orçamento foi para pagar a dívida pública — destacou Sirliane de Souza, representante do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

O presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfipe), Floriano Martins, exibiu vídeo que revela que atualmente menos de 1% dos idosos estão em situação de

extrema pobreza. Com a reforma proposta pelo governo, mais da metade pode entrar nesse tipo de pobreza. Para Martins, a mudança não tem legitimidade do voto popular e nem legitimidade ética.

Sirliane ressaltou que, como professora, trabalha muito e lamentou ser taxada como profissional que está onerando os cofres do estado. Segundo ela, a intenção do governo é dizer que servidores públicos são privilegiados, mas ninguém fala do esforço inicial para o ingresso no serviço público e que ao se aposentar esses profissionais não terão direito a FGTS.

## Servidores

A coordenadora do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação, Cátia Cilene Farago, disse que os servidores não são responsáveis pelo suposto déficit da Previdência. Segundo ela, se o servidor tem uma aposentadoria mais alta, é justamente porque contribuiu mais. Cátia, assim como vários outros participantes, afirmou que desde 1988 o governo vem realizando mudanças prejudiciais na aposentadoria, especialmente na dos servidores.

Representante do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário

(IBDP), Diego Cherulli ressaltou que todos os institutos jurídicos que lidam com a Previdência dizem que os cálculos do governo estão equivocados. Ele afirmou que a CPI da Previdência e o Supremo Tribunal Federal têm a tarefa de esclarecer qual é a metodologia de cálculo correta das despesas da seguridade social e se os servidores civis e militares entram nessa despesa. Diego explicou que o governo coloca as despesas dessas categorias no orçamento da Seguridade, quando na verdade fazem parte do orçamento fiscal.

— O governo coloca despesas que não são da Seguridade Social como sendo dela. Além disso, temos que saber se tem déficit ou superavit antes de fazer qualquer reforma abrupta. Precisamos de consolidação das leis previdenciárias para gerar segurança jurídica.

Os convidados disseram acreditar que a reforma não vai passar no Congresso e ressaltaram a importância de todas as entidades continuarem lutando contra a mudança de forma integrada.

Também participaram da audiência Ana Maria Cartaxo, Edison Haubert, Leandro Madureira Silva, Luiz Legnani, Paula Freitas de Almeida e Noemia Garcia Porto.



Paula Freitas de Almeida



Ana Maria Cartaxo



Cátia Cilene Farago



Floriano Martins de Sá Neto



Noemia Garcia Porto